

CADERNOS DE PESQUISA

**FLEXÃO E DERIVAÇÃO NO
PORTUGUÊS**

LUIZ CARLOS DE ASSIS ROCHA
Professor-Adjunto de Língua Portuguesa

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA



Núcleo de Assessoramento à Pesquisa
Faculdade de Letras
U F M G

NÚCLEO DE ACESSORAMENTO À PESQUISA DA FALE/UFMG

Diretora da Faculdade de Letras
Profa. Rosângela Borges Lima
Vice-Diretora
Profa. Prosolina Alves Marra
Coordenador do NAPq/FALE
Prof. Luiz Carlos de Assis Rocha
Subcoordenadora
Profa. Maria Zilda Ferreira Cury
Chefe da Seção de Apoio Acadêmico
Funcionário William Augusto Menezes

Projeto Gráfico da Capa
Sônia Márcia Correa
Cláudio Rezende

Digitação
Alda Lopes Durães Ribeiro

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
Núcleo de Assessoramento à Pesquisa
Faculdade de Letras da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 - Sala 4004
31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - BRASIL

RESUMO

A inexistência de critérios científicos adequados constitui o principal óbice para se distinguir a flexão da derivação. Depois de reavaliar certos parâmetros tradicionais, como o da regularidade, da concordância e da opcionalidade, é apresentado um outro critério, o da *produtividade com um morfema específico*, que leva em conta um dos pressupostos básicos da morfologia gerativa, a *produtividade*. Chega-se à conclusão de que o substantivo só apresenta uma flexão: a de *número*. O verbo apresenta as flexões de *pessoa, número, tempo, modo e aspecto*

SUMÁRIO

1. FLEXÃO X DERIVAÇÃO	7
1.1. Flexão - Regularidade/irregularidade	8
1.1.1. Flexão nominal	8
1.1.1.1. Número do substantivo	8
1.1.1.2. Gênero do substantivo	9
1.1.1.3. Grau do substantivo	11
1.1.2. Flexão verbal	13
1.2. Flexão - Concordância/não-concordância	13
1.2.1. Flexão nominal	14
1.2.1.1. Número do substantivo	14
1.2.1.2. Gênero do substantivo	14
1.2.1.3. Grau do substantivo	15
1.2.2. Flexão verbal	15
1.3. Flexão - Não-opcionalidade/opcionalidade	16
1.3.1. Flexão nominal	17
1.3.1.1. Número do substantivo	17
1.3.1.2. Gênero e grau do substantivo	17
1.3.2. Flexão verbal	19
1.4. Derivação	20
2. ANÁLISE DO PROBLEMA	21
3. CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO DO SUBSTANTIVO	27
3.1. 1º enfoque: o gênero segundo a ocorrência	28
3.1.1. O gênero não é explicitado	28
3.1.2. O gênero é explicitado através de determinantes flexionados	28
3.1.3. O gênero é explicitado através de mecanismos morfológicos de derivação	29
3.2. 2º enfoque: gênero exclusivo e gênero não-exclusivo	32
3.2.1. Substantivos de gênero exclusivo	32
3.2.2. Substantivos de gênero não-exclusivo	33

3.3. 3º enfoque: o componente semântico.	33
3.3.1. Referentes não-sexuados	33
3.3.2. A correlação: gênero/ser sexuado	34
3.3.3. A não-correlação: gênero/ser sexuado.	34
3.4. 4º enfoque: os pares genéricos	35
3.4.1. Vocábulo único com determinantes flexionados	35
3.4.2. Vocábulo único com determinantes heterônimos	36
3.4.3. Vocábulos distintos: primitivo/derivado	36
3.4.4. Vocábulos heterônimos	36
4. CONCLUSÃO: O GÊNERO DO SUBSTANTIVO	36
5. GRAU DO SUBSTANTIVO	37
5.1. Grau afetivo/sufixo afetivo	37
5.1.1. Sufixo subjetivo	39
5.1.2. Sufixo valorativo.	39
5.1.3. Sufixo aumentativo/diminutivo	40
5.2. Grau e flexão	40
6. FLEXÃO DE ASPECTO	43
7. CONCLUSÃO	46
NOTAS.	48
BIBLIOGRAFIA.	50

FLEXÃO E DERIVAÇÃO NO PORTUGUÊS

1. Flexão x derivação

Segundo SCALISE (1984:101), o componente lexical de uma gramática é organizado em três blocos de regras, que são: Regras de Composição (*Compounding Rules*), Regras de Derivação (*Derivation Rules*) e Regras de Flexão (*Inflection Rules*). As Regras de Composição apresentam particularidades específicas e têm sido estudadas por vários autores¹. Já as fronteiras entre as Regras de Derivação e as Regras de Flexão não são muito nítidas.² A tentativa de fixação dessas fronteiras constitui o objetivo inicial deste trabalho. Ao fazer isso, estaremos alcançando o objetivo principal, que é o da fixação das chamadas "flexões do português".³ Vamos tomar como ponto de partida a distinção apresentada por CÂMARA JR.⁴ (1970:71-76), que se baseia nos seguintes princípios:

FLEXÃO

A - Regularidade

Os morfemas flexionais apresentam-se de maneira regular e sistemática.

B - Concordância

Os morfemas flexionais são exigidos pela natureza da frase.

C - Não-Opcionalidade

Os morfemas flexionais não dependem da vontade do falante para serem usados.

DERIVAÇÃO

A - Irregularidade

Os morfemas derivacionais apresentam-se de maneira irregular e assistemática.

B - Não-Concordância

Os morfemas derivacionais não são exigidos pela natureza da frase.

C - Opcionalidade

Os morfemas derivacionais podem ser usados ou não, de acordo com a vontade do falante.

Nas páginas seguintes, vamos analisar cada um desses itens.

1.1. Flexão - Regularidade/irregularidade

A NGB e a maioria das gramáticas brasileiras costumam apresentar como exemplos de flexão e de derivação os seguintes casos:

- são considerados como flexão o gênero, o número e o grau dos nomes e a pessoa, o número, o tempo e o modo dos verbos.
- são considerados como derivação os casos em que são utilizados os chamados sufixos derivacionais, ou, simplesmente, sufixos, como em *formigueiro*, *paquerador*, *constatação*, *teatral*, etc.

Segundo CÂMARA JR., os morfemas flexionais apresentam-se de maneira regular e sistemática. Vejamos se isso se dá com o número, o gênero e o grau dos substantivos.

1.1.1. Flexão nominal

1.1.1.1. Número do substantivo

Entende-se por regularidade de um mecanismo morfológico o fato de um substantivo, por exemplo, apresentar, sistematicamente, a forma marcada correspondente. No caso do número do substantivo, essa regularidade se realiza de maneira cabal, porque, dado um substantivo, é possível constatar a existência desse mesmo substantivo com a marca de plural: *menino/meninos*, *flor/flores*, *pá/pás*, *campeão/campeões*, etc. Os casos de substantivos invariáveis são tão poucos, que se podem considerar como desprezíveis para a análise lingüística (*ônibus/ônibus*, *tórax/tórax*, *atlas/atlas*, etc.). De acordo com o primeiro critério de CÂMARA JR., o número do substantivo deve, portanto, ser considerado como flexão.⁵

1.1.1.2. Gênero do substantivo

É preciso considerar, preliminarmente, que o gênero do substantivo é indicado através de expediente sintático. De fato, sabemos que substantivos como, *livro, caneta, dente, clã, aluvião, pijama, tribo*, etc. são masculinos ou femininos, pelo fato de se lhes anexarmos determinantes flexionados em um dos dois gêneros, como se verifica em:

o livro enfadonho
 a caneta vermelha
 esse dente cariado
 vários clãs ameaçados
 uma aluvião temporária
 aquele pijama listrado
 minha tribo imaginária

Há determinados substantivos, cujo gênero, além de poder ser assinalado por um determinante, recebe também uma marca distintiva morfológica, como em:

este menino estudioso
 esta menina estudiosa
 um gato preto
 uma gata preta
 aquele professor antiquado
 aquela professora antiquada
 meu campeão favorito
 minha campeã favorita

É preciso considerar, no entanto, que apenas uma parte insignificante dos substantivos (aqueles que se referem a seres sexuados), podem receber uma marca morfológica distintiva de gênero (*gato/gata, abade/abadessa*, etc.). Segundo pesquisas já realizadas (ROCHA, 1981), 95,5% dos substantivos referem-se a seres não-sexuados e 4,5% a seres sexuados. Mesmo assim, desses 4,5%, nem todos recebem uma marca morfológica de gênero, como

criança, cônjuge, homem, jacaré, selvagem, etc. A quase totalidade dos substantivos em português não apresenta uma marca morfológica de gênero, ou seja, a quase totalidade pertence a um gênero único, que é assinalado através de um expediente sintático, como em:

o livro amarelo
 uma caneta vermelha
 a ponte estragada
 aquele manual importado
 vários biceps doloridos
 uma criança talentosa
 este indivíduo curioso
 um rei absoluto
 alguns condes distraídos

Uma descrição coerente da questão em pauta deveria apresentar-se da seguinte maneira: o gênero do substantivo em português é caracterizado por um determinante flexionado. Trata-se de uma relação sintática. Em alguns poucos casos, o substantivo é também marcado morfológicamente. Como se trata de uma minoria absoluta, não se pode generalizar e dizer que o substantivo se caracteriza pelo fato de receber flexão de gênero. Não está correta, portanto, a afirmativa das gramáticas de que o substantivo se *flexiona* em gênero. Vimos que a flexão de número é regular. O mesmo não se pode dizer com relação ao gênero. Dado um substantivo como, *inércia, parafuso, idealização* ou *Brasil*, não é possível prever qualquer modificação, ou seja, qualquer *flexão* nesses substantivos com relação ao gênero. E isso se dá com a quase totalidade dos substantivos. Em resumo, a descrição correta do fenômeno deve levar em consideração estes três princípios:

- 1° - Todo substantivo pertence ou ao gênero masculino ou ao gênero feminino.
- 2° - O gênero do substantivo é uma categoria sintática; é explicitado através de um determinante flexionado.

3° - Alguns poucos substantivos recebem uma marca morfológica de gênero.

Voltando ao esquema proposto por CÂMARA JR. (item 1.), vemos que a proposta do autor não se enquadra no gênero do substantivo. De acordo com o lingüista, a flexão se caracteriza pelo fato de os morfemas flexionais apresentarem-se de maneira regular e sistemática. Mas é preciso considerar um problema anterior: a quase totalidade dos substantivos não recebe uma marca distintiva de gênero, ou, para usarmos as palavras de CÂMARA JR., não apresenta morfema flexional. São vocábulos do tipo: *livro, lápis, cadeira, luz, raio, parede, sentimento, ódio, consideração, adiantamento, etc.*

De acordo com o critério adotado pelo lingüista, o da regularidade, o gênero não é, portanto, flexão.

1.1.1.3. Grau do substantivo

Tem havido muitas discussões em torno da questão do grau. Afinal, trata-se de flexão ou de derivação de palavras? Quando usamos um substantivo no grau aumentativo ou diminutivo, estamos apenas flexionando o substantivo ou fazendo derivar um novo item lexical? Trata-se da mesma palavra ou de uma palavra distinta?⁶

De acordo com CÂMARA JR., a flexão é regular e sistemática. Como se comporta o grau do substantivo com relação a essa questão?

ROSA (1982:19) cita e adota a posição de Said Ali, segundo a qual se "pode geralmente acrescentar *-inho, -zinho* a qualquer substantivo, mas é relativamente diminuto o número de vocábulos a que é possível ajuntar *-ão* ou algumas das variantes".

Creemos, portanto, que, com relação ao grau, podemos fazer a mesma colocação que usamos com o número: dado um substantivo, é possível constatar a existência desse mesmo substantivo com a marca de grau diminutivo. Essa universalidade do emprego do morfema de grau diminutivo do substantivo se deve ao fato de que ele é empregado na língua não só para indicar diminui-

ção de tamanho, como também para expressar a emoção ou a afetividade que o falante coloca em seu discurso. Por isso, como já dissemos anteriormente (ROCHA, 1992:73), "estamos considerando que a afetividade está sempre presente na sufixação gradual, ao passo que a noção de aumento ou diminuição do tamanho pode estar presente ou não". Sabemos, com ROSA (1982:20), "que o grau manifesto por meio de um processo morfológico revela necessariamente emotividade". É por isso que neste trabalho adotaremos a terminologia *grau afetivo* e *sufixo afetivo* em vez de grau aumentativo/diminutivo ou sufixo aumentativo/diminutivo. Essa posição tem sido adotada pelos mais diversos tratadistas, como ALONSO (1967) e SCALISE (1984). No item 5.1. discutiremos com mais rigor essa questão.

Embora a língua apresente substantivos aos quais se possa anexar sufixo aumentativo, parece que não se pode falar em regularidade com relação a esse tipo de sufixo. Não nos é possível deter-nos neste problema agora. Vamos apenas voltar às palavras de ALI citadas por ROSA (1982:19): "...é relativamente diminuto o número de vocábulos a que é possível juntar o sufixo *-ão* ou algumas das variantes".

Voltando à questão proposta no início deste item — se se trata de flexão ou de derivação de palavras — diremos que, de acordo com o critério da regularidade, proposto por CÂMARA JR., o mecanismo de grau é em parte flexão — no caso do diminutivo — e em parte derivação — no caso do aumentativo, uma vez que o primeiro é regular e sistemático e o segundo é irregular e assistemático. Trata-se, portanto, de um mecanismo híbrido — que apresenta características da derivação e da flexão (segundo o critério da regularidade).

O raciocínio que acabamos de apresentar seria aceitável, se considerássemos que os sufixos podem ser aumentativos ou diminutivos. No entanto, é preciso lembrar que a questão da afetividade é anterior ao aumento ou diminuição de tamanho. Como dissemos linhas acima, devemos generalizar e falar em sufixo afetivo. Sendo assim, o grau afetivo é regular e sistemático, porque, dado um substantivo, é possível constatar a existência do mesmo

substantivo com a marca morfológica de grau, que se realiza na língua através de sufixos variados (-inho, -eco, -ote, -acho, -ão, -arra, -aço, -ola, -arrão, etc.).

Sob o ponto de vista da regularidade, o grau do substantivo deve ser considerado, portanto, como flexão.⁷

1.1.2. Flexão verbal

As gramáticas afirmam que as noções de pessoa, número, tempo e modo são expressas no verbo através de morfemas flexionais, ou desinências. Em *estudávamos*, por exemplo, -va- é um morfema cumulativo, pois através dele são expressas as noções de tempo e modo. A desinência -mos também é cumulativa, pois expressa as noções de pessoa e número.

Os elementos -va- e -mos devem ser considerados como morfemas flexionais ou derivacionais? Trata-se de morfemas flexionais, de acordo com o critério de CÂMARA JR. De fato, as desinências modo-temporais e número-pessoais caracterizam-se pela regularidade e pela sistematização. Dado um verbo, é possível constatar a existência desse mesmo verbo com as marcas, as mais variadas possíveis, de pessoa, número, tempo e modo.⁸ Sendo assim, de acordo com o critério da regularidade, apontado por CÂMARA JR., as categorias gramaticais de pessoa, número, tempo e modo devem ser consideradas como flexões.

1.2. Flexão - Concordância/não-concordância

Segundo CÂMARA JR. (1970:72), "ela [a flexão] é imposta pela própria natureza da frase, e é *naturalis* no termo de Varrão. É a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito".

Vejamos como esse princípio se aplica aos morfemas considerados como flexões pela gramática tradicional.

1.2.1. Flexão nominal

1.2.1.1. Número do substantivo

O número do substantivo é imposto pela natureza da frase? Diante das câmeras de televisão, um candidato poderá dizer: — *Eleitor!* ou — *Eleitores!* Getúlio Vargas começava os seus discursos com o vocativo: — *Brasileiros!* Sob o ponto de vista lógico e gramatical, nada impediria que ele usasse o singular, em vez do plural. Além disso, é a situação, o mundo exterior, que poderá exigir do falante o emprego de uma ou de outra forma. Se alguém diz: — Eu não tenho *amigos*, eu tenho um *amigo*, não é a natureza da frase, a estrutura da oração que determina o emprego da forma singular ou plural do substantivo. É a situação.

A natureza da frase pode exigir, sim, que um adjetivo, um pronome ou um artigo sejam usados no singular ou no plural com a finalidade de concordar com um substantivo. Nesse caso, pode-se falar que a concordância "é imposta pela própria natureza da frase", mas tal não se dá, como vimos, com o substantivo.

Vemos, portanto, que o critério da *concordância* não pode ser adotado para caracterizar o número do substantivo como flexão nominal.

1.2.1.2. Gênero do substantivo

Voltando ao texto de CÂMARA JR., colocamos a mesma questão: podemos dizer que o *gênero* é imposto pela própria natureza da frase, ou seja, é a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no masculino ou no feminino? É evidente que não. Quando alguém diz: — Haverá uma inflação desenfreada em dezembro, não é a natureza da frase que nos obriga a usar *inflação* no feminino. *Inflação* será um item feminino em qualquer frase. Em: — *Esta aluna está interessada numa bolsa de estudos*, não é a natureza da frase que nos obriga a usar *aluna* (em vez de *aluno*), mas sim, a situação.

O gênero do adjetivo, bem como de algumas classes lexicais, como o artigo, o numeral e o pronome, poderá ser descrito

em termos de natureza da frase. De fato, em *esta aluna está interessada numa bolsa de estudos*, a natureza da frase exigiu que se fizesse a concordância do pronome e do adjetivo com o substantivo. Mas tal não se dá com o substantivo. De acordo com o critério da concordância, o gênero do substantivo não pode ser considerado, portanto, como flexão.

1.2.1.3. Grau do substantivo

Observem-se os exemplos:

Minha querida *mãezinha*!

Chegou com uma *pastinha* surrada debaixo do braço.

Ele é de fato um *meninote* levado!

Mandou pintar uma *estrelona* vermelha na sede do clube.

Apresentou-se com um *corpanzil* disforme.

O emprego do substantivo no grau afetivo não tem nada a ver com a natureza da frase. As formas graduais seguiram um modelo paradigmático de relações lexicais, não havendo portanto, qualquer ligação com o aspecto sintagmático da oração. Sob o ponto de vista da concordância, o grau do substantivo não pode ser considerado como flexão.

1.2.2. Flexão verbal

Os morfemas verbais de pessoa e número são exigidos pela natureza da frase. Eles concordam com o sujeito, como em:

Nós não concordamos com esta candidatura.

Vós trouxestes a semente do bem.

O mesmo não se pode dizer com relação ao tempo e ao modo. Ambos são exigidos pela situação e não pela natureza da frase. O falante dirá *ele veio*, *ele está vindo* ou *ele virá*, ou seja, no passado, no presente ou no futuro em função de uma determinada situação. Isso não tem nada a ver com a natureza da frase, como propõe CÂMARA JR. Com relação ao *modo*, observem-se estas construções:

Não se pode afirmar que ele *sabe* português.

Não se pode afirmar que ele *saiba* português.

O emprego do modo é nesses casos opcional. Não se pode falar em exigência da natureza da frase ou em concordância.

Em exemplos do tipo,

Talvez se *possa* falar em suicídio

ou

Duvido que *haja* um coração tão grande como esse,

embora se possa dizer que a natureza da frase exige o subjuntivo, não se trata, porém, de casos de *concordância*, como está implícito nas palavras de CÂMARA JR.

Como se pode verificar, com relação às categorias de pessoa e número, pode-se falar em *concordância*, mas com relação a tempo e modo, a questão não se liga ao fenômeno da concordância.

1.3. Flexão - Não-opcionalidade/opcionalidade

São palavras de CÂMARA JR. (1970:72):

É uma relação fechada, por exemplo, que vigora entre *cantávamos* e todas as demais formas do verbo *cantar*, ou entre *lobos* ou *loba* e o nome básico singular *lobo*. Ai, nas palavras de Halliday "a lista dos termos é exaustiva", "cada

termo exclui os demais" e não está na nossa vontade introduzir um novo termo no quadro existente.

Vamos ver se as palavras do lingüista se aplicam às categorias de número, gênero e grau dos substantivos e pessoa, número, tempo e modo dos verbos.

1.3.1. Flexão nominal

1.3.1.1. Número do substantivo

Os pares (singular/plural) que constituem o número do substantivo formam uma lista exaustiva e não está na vontade do falante introduzir um novo termo no quadro existente. De acordo com o critério de CÂMARA JR., o número do substantivo caracteriza-se pela não-opcionalidade, constituindo-se assim como um tipo de flexão em língua portuguesa.

1.3.1.2. Gênero e grau do substantivo

Os substantivos da língua portuguesa caracterizam-se pelo fato de possuírem um gênero próprio, específico, permanente. Esse gênero é explicitado por intermédio de determinantes flexionados, como já foi dito anteriormente. Em outras palavras: o gênero do substantivo não está relacionado com o fato de se poder ou não, "introduzir um novo termo no quadro existente". Generalizando, podemos dizer que o substantivo possui o seu gênero próprio, exclusivo. O gênero não está relacionado com a questão da opcionalidade.

Nos poucos casos em que a questão da opcionalidade pode estar relacionada com o gênero, convém lembrar as palavras de SANDMANN (1991:38):

Observe-se, por outro lado, que de todo adjetivo, por mais novo que seja, se pode formar mecânica e automaticamente o feminino: *manipulativo-manipulativa... oligopolístico-*

oligopolística... No caso do substantivo isso pode ser difícil e demorado, dependente e postergado por fatores culturais. O Aurélio traz *juíza*, ao lado de *juiz*, mas não traz *desembargadora* ao lado de *desembargador*. Durante jogo de futebol em que os jogadores de um dos times estavam fantasiados de mulher, ouvi *goleira*. ... Não foi um parto difícil a forma *soldada* e estou esperando encontrar escritas um dia *caba* e *sargenta*, em um contexto neutro quanto à emocionalidade.

Esse tipo de raciocínio levou SANDMANN a considerar o morfema de gênero feminino do substantivo (-a) como sufixo derivacional. Assim, um *juiz/juíza* e *soldado/soldada* teríamos as formas primitivas e não-marcadas (*juiz* e *soldado*) e as formas derivadas e marcadas (*juíza* e *soldada*). Tal não se dá com os morfemas de gênero do adjetivo, que são exigidos pela natureza da frase, ou seja, são obrigatórios. Trata-se, portanto, de dois casos distintos. Nos substantivos, é possível falar-se em opcionalidade, mas nos adjetivos, não.

Ao concordarmos com SANDMANN, estamos querendo dizer que o falante pode optar por determinada forma de feminino ou não, ou seja, pode criar uma forma nova, ou não. Uma vez institucionalizada na língua, não poderá o falante usá-la de acordo com a sua vontade. É o que parece estar acontecendo com palavras como: *ministra*, *parenta*, *guruá*, *muso*, *goleira*, *prefeita*, etc.⁹ Tal não parece ser a posição de CÂMARA JR. Com relação ao superlativo e ao grau do substantivo. Diz o Autor (1970:72):

... não há obrigatoriedade no emprego do adjetivo com esse sufixo de superlativo, ou grau intenso. É a rigor uma questão de estilo ou de preferência pessoal. Ou, antes, trata-se de um uso muito espaçado e esporádico, em regra, e de tal sorte que certa freqüência nele logo parece abuso, excentricidade.

Essas palavras se aplicam de maneira clara e inequívoca ao superlativo, no caso dos adjetivos, e ao grau afetivo, no caso dos substantivos. De fato, o falante pode optar por usar uma forma gradual ou não. Tal não se dá com o gênero do substantivo, que é não-opcional em sua quase totalidade, podendo, porém, o falante criar o membro marcado opositivo, em alguns casos mais raros.

Pelo que foi dito com relação ao gênero do substantivo e à questão da opcionalidade, pode-se concluir:

- 1 - Os substantivos do português possuem um gênero específico, imanente, que pode ser explicitado através de determinantes flexivos. Generalizando, pode-se dizer que o gênero do substantivo é obrigatório e não, opcional.
- 2 - Nos casos em que o gênero está relacionado com o sexo, a língua apresenta vários exemplos de gênero exclusivo, obrigatório, o que vale dizer, não-opcional: *homem, boi, criança, cônjuge, jacaré, mosquito, abade, czarina*, etc. Em alguns poucos casos, o falante pode criar o par correspondente (*soldada, musa*), o que vem caracterizar a opcionalidade a que se refere SANDMANN. É por isso que os pares do tipo *gato/gata, professor/professora, chefe/chefa, muso/musa, soldado/soldada* devem ser considerados como derivação e não, como flexão. Voltaremos a esta questão no item 3.
- 3 - Muito diferente é a questão do grau dos substantivos e dos adjetivos. Nos dois casos a opcionalidade é total. De fato, como dissemos linhas acima, o falante pode optar por usar uma forma gradual ou não.

1.3.2. Flexão verbal

Os morfemas verbais caracterizam-se pela não-opcionalidade. Trata-se, porém, de dois tipos de obrigatoriedade.

A pessoa e o número são exigidos pela natureza da frase, ou seja, eles concordam com o sujeito, como já foi dito anteriormente. Vê-se, portanto, que é uma obrigatoriedade sintagmática,

exigida pela estrutura da frase. Já os morfemas de tempo e modo são usados pelo falante em decorrência de uma exigência pragmática. É a situação, o momento ou o mundo exterior que obriga o indivíduo a usar o verbo em tal tempo e modo.

Conclui-se, portanto, que, sob o ponto de vista da opcionalidade os morfemas verbais são obrigatórios.

1.4. Derivação

Nos itens anteriores, procuramos estabelecer um conceito de flexão, tendo como ponto de partida os critérios apontados por CÂMARA JR. para distinguir flexão de derivação.

A pergunta que fazemos agora é: os critérios estabelecidos por CÂMARA JR. caracterizar a derivação (irregularidade, não-concordância e opcionalidade — cf.c. item 1.) aplicam-se de fato aos derivados sufixais do português? Parece não haver dúvida com relação a isso.

Quanto à *irregularidade*, os morfemas derivacionais apresentam-se de maneira irregular e assistemática na língua. A esse propósito são interessantes as palavras de CÂMARA JR. (1970:71):

As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere. De *cantar*, por exemplo, deriva-se *cantarolar*, mas não há derivações analógicas para *falar* e *gritar*, outros dois tipos de atividade da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso.

Quanto à *não-concordância*, parece fácil constatar que a questão da formação de novos itens lexicais não tem nada a ver com a natureza da frase. A relação que se estabelece entre uma

nova palavra e outras palavras da língua é paradigmática e não, sintagmática.

Quanto à *opcionalidade*, podemos dizer que, com relação ao aspecto produtivo do léxico, os morfemas derivacionais podem ser acionados ou não, de acordo com a vontade do falante. É evidente que o uso de formações derivadas *institucionalizadas* não depende da vontade do falante.

2. ANÁLISE DO PROBLEMA

No item 1, procuramos submeter os morfemas que a gramática tradicional chama de flexionais aos critérios estabelecidos por CÂMARA JR. para definir flexão. Esses critérios são: regularidade, concordância e opcionalidade. A questão pode ser resumida no quadro nº1.

QUADRO Nº 1

FLEXÕES	NOMINAIS			VERBAIS			
	Número	Gênero	Grau	Pessoa	Número	Tempo	Modo
Regularidade	+	-	+	+	+	+	+
Concordância	-	-	-	+	+	-	-
Opcionalidade	-	-	+	-	-	-	-

A primeira conclusão a que se pode chegar com relação a esse quadro, é a de que não há concordância entre os critérios, ou seja, eles não são constantes, quando aplicados aos morfemas nominais e verbais. Em decorrência disso, a pergunta que se coloca

é: que critério adotar? Optamos por um dos três critérios expostos por CÂMARA JR., ou vale a pena estabelecer um outro? Não podemos nos esquecer de que em trabalhos anteriores temos demonstrado um compromisso com os princípios gerais da morfologia gerativa. Sendo assim, é conveniente analisar a questão sob o ponto de vista da produtividade, que é, como sabemos, um dos pressupostos básicos do gerativismo.¹⁰ Embora haja muitas discussões em torno do conceito de *produtividade*, cremos poder dizer, com KATAMBA (1993:82), que

conhecer uma língua envolve, entre outras coisas, conhecer as regras de formação de palavras. Os falantes são capazes não só de identificar as unidades significativas que as palavras contêm, mas também de criar novas palavras e de entender os significados de palavras não-familiares que eles nunca encontraram antes.

Veremos, ainda neste item, que a diferença entre a produtividade lexical e a produtividade flexional é apenas uma questão de grau.

A questão se coloca nos seguintes moldes: sob o ponto de vista da produtividade, como se comportam os chamados morfemas flexionais? Dado um substantivo na língua, sabemos que a regra de formação de plural se aplica de maneira exaustiva, podendo-se falar em produtividade total. Nesse caso, além de se falar em produtividade, deve-se registrar que a previsibilidade se realiza com um morfema específico, o -s.

Tal não se dá com o gênero do substantivo. Como ele é explicitado através de determinantes, não cabe aqui falar em produtividade flexional. Nos poucos casos em que o gênero é marcado morfologicamente, como ficou explicitado, a questão está relacionada com a derivação e não, com a flexão. Não se pode, portanto, generalizar e concluir que uma das características do substantivo em português é apresentar flexão de gênero, porque não se pode falar em produtividade e previsibilidade com relação a essa categoria.

Quanto ao grau do substantivo, embora se possa falar em produtividade, não é possível falar-se em previsibilidade com relação a um morfema específico. De fato, dado um substantivo, é possível prever a existência de um substantivo derivado, sufixado, correspondente, em forma de grau afetivo. A forma derivada, porém, não é produzida com um sufixo específico, como se comprova pelos exemplos abaixo:

casa	-	casinha	rua	-	ruela
livro	-	livrão	homem	-	homenzarrão
cidade	-	cidadezinha	lugar	-	lugarejo
janela	-	janelona	gol	-	golaço
livro	-	livreco	pecado	-	pecadilho
boca	-	bocarra	fogo	-	fogaréu
menino	-	meninote	sala	-	saleta
corpo	-	corpanzil	cabeça	-	cabeçorra
barba	-	barbicha	rapaz	-	rapazola
vaga	-	vagalhão			

Pode-se dizer, portanto, que há produtividade com relação ao derivado gradual do substantivo. Por outro lado, não se pode falar em previsibilidade com relação a um morfema específico de grau.

É preciso lembrar também que a produtividade das formas sintéticas de grau é relativa, porque elas são específicas de um discurso distenso. Ratificando as palavras de ROSA (1982:20), já citadas neste trabalho, sabemos que "o grau manifesto por um processo morfológico revela necessariamente emotividade". Conclui-se, portanto, que no discurso tenso, não se pode falar em produtividade de formas graduais sintéticas.

Quanto aos morfemas verbais, a produtividade é total. De fato, dado um verbo, é possível prever a existência de todas as formas consideradas flexíveis do verbo. Além disso, com a conjugação verbal dá-se a previsibilidade com relação a morfemas específicos. Podemos dizer que a desinência modo-temporal do imperfeito do subjuntivo do verbo *aquinhoar*, por exemplo, — bem

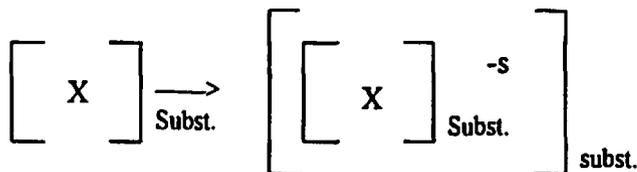
como de todos os verbos do português — será *-sse-*, e a desinência de segunda pessoa do plural do futuro do subjuntivo do verbo *esculpir* e de todos os verbos da língua será *-des*.

Vamos anexar ao quadro nº 1, o critério da produtividade com uma forma específica, que acabamos de apresentar. O resultado está no quadro nº 2.

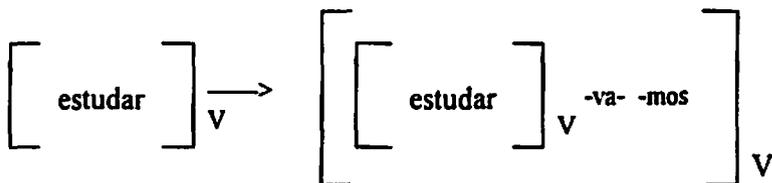
QUADRO Nº 2

FLEXÕES	NOMINAIS			VERBAIS			
	Número	Gênero	Grau	Pessoa	Número	Tempo	Modo
Regularidade	+	-	+	+	+	+	+
Concordância	-	-	-	+	+	-	-
Opcionalidade	-	-	+	-	-	-	-
Produtividade	+	-	-	+	+	+	+

A análise do quadro nº 2 nos conduz à constatação de que não há coincidência entre os diversos critérios apresentados. Como há, de nossa parte, um compromisso com o gerativismo, por acreditarmos que ele apresenta, no momento, o tipo de abordagem mais lógico e eficiente da morfologia, concluimos que o critério da *produtividade com um morfema específico* é o que de maneira mais *percuente* consegue definir o conceito de componente flexional do português. Sendo assim, consideraremos como flexão o número do substantivo e a pessoa, o número, o tempo e o modo do verbo. De fato, dado um substantivo, é possível acionar, a qualquer momento, a Regra de Formação de Plural, que pode ser formalizada assim:



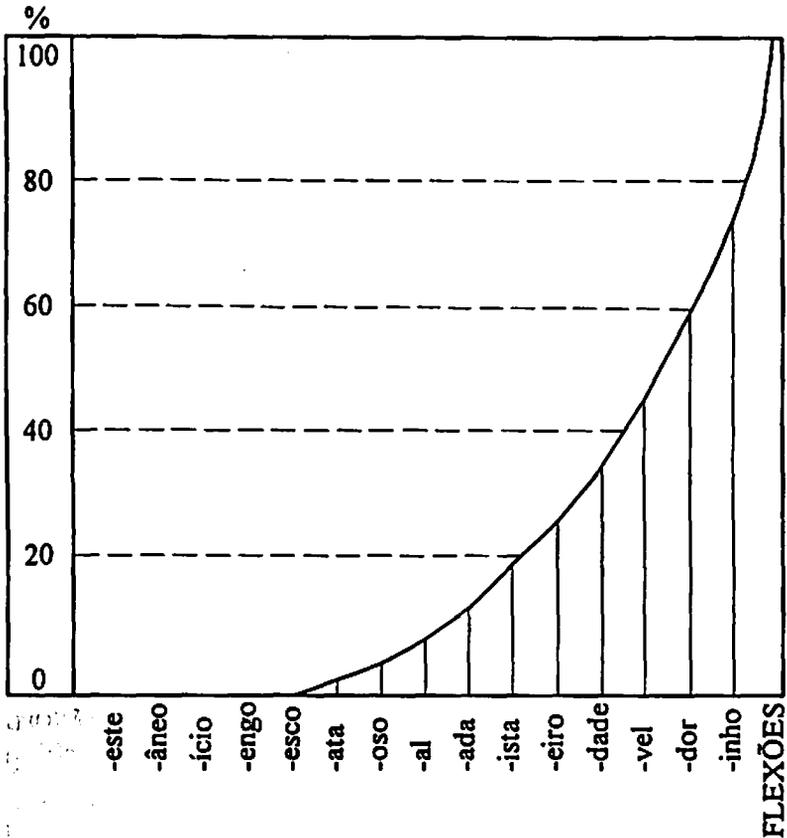
Da mesma maneira, dado um verbo de primeira conjugação, como *estudar*, por exemplo, é possível acionar a seguinte regra de flexão da 1ª pessoa do plural do imperfeito do indicativo:



Observe-se que em ambos os casos a produtividade é total e os morfemas são específicos.

Se a previsibilidade é absoluta no caso do número do substantivo e no caso das desinências modo-temporais e número-pessoais do verbo, pode-se, portanto, falar em produtividade total. Aliás, é esse o ponto de vista de BASÍLIO (1980:19), quando afirma que "regularidades encontradas em sistemas flexionais diferem das regularidades encontradas em sistemas derivacionais apenas numa questão de grau". As palavras de BASÍLIO podem ser ilustradas pelo quadro nº 3. A propósito desse quadro, é necessário dizer que se trata apenas de uma ilustração, sem qualquer compromisso com o rigor dos dados. É interessante observar que, pelo fato de as flexões serem 100% produtivas, a sua anexação às bases não conduz à expectativa de formação de um novo item lexical.

QUADRO Nº 3



Se concordamos com a posição de **BASÍLIO**, de que a diferença entre a derivação e a flexão é apenas uma questão de grau, estamos *ipso facto* contrariando o ponto de vista de **SCALISE**, apresentado no início do trabalho (item 1), segundo o qual as Regras de Derivação são diferentes das Regras de Flexão. Apesar de **SCALISE** (1984 e 1988) ter apresentado vários argumentos para separar os dois tipos de regra, acreditamos que, no caso do português, derivação e flexão sejam o mesmo fenômeno, diferindo apenas numa questão de grau.

Em resumo, pode-se afirmar que o substantivo se flexiona em português com o fim único de expressar o número. O verbo se flexiona com o objetivo de expressar a pessoa, o número, o tempo e o modo. A expressão dessas categorias se faz com morfemas específicos, previsíveis, pré-determinados. Como nesses casos a produtividade é total, e a previsibilidade quanto ao morfema é automática e mecânica, pode-se afirmar que os vocábulos marcados com flexões são variações e não, formas derivadas. Sendo assim, *livros* e *estudávamos*, por exemplo, são variações de *livro* e *estudar*, não se constituindo, portanto, novos vocábulos da língua. Já *livraria* e *estudante* são vocábulos distintos de *livro* e *estudar*, pelo fato de terem sido anexados às bases os sufixos *-aria* e *-(a)nte*. É por isso que nos dicionários — ou na lista de itens lexicais de um falante nativo — *livros* e *estudávamos* não devem ser considerados como entradas distintas, ao passo que *livraria* e *estudante* devem ser registrados como novos verbetes.

3. CARACTERIZAÇÃO DO GÊNERO DO SUBSTANTIVO

Vimos no item anterior que o gênero do substantivo não pode ser caracterizado como flexão em português. Sabemos que, dado um substantivo, como *lápiz*, *chão*, *aparecimento*, *alegria*, *boi*, *jacaré*, *genro*, *homem*, etc., não cabe qualquer consideração a respeito da flexão de gênero desses itens, uma vez que eles não apresentam flexionamento relacionado com o gênero. Os poucos, ou mesmo raros casos em que o substantivo apresenta, redundantemente, uma marca morfológica, devem ser considerados antes como uma exceção do que como uma regra na descrição do gênero.

Para uma melhor compreensão do problema, apresentamos em seguida quatro quadros descritivos do gênero do substantivo em português, de acordo com quatro enfoques diferentes.

3.1. 1º enfoque: o gênero segundo a ocorrência

3.1.1. O gênero não é explicitado

Isso se dá em determinados contextos em que o substantivo aparece sem determinante, como em uma palestra ou em uma assembléia, por exemplo, em que o orador se dirige aos presentes: — *Colegas!* ou — *Estudantes!* ou — *Mulheres!*, ou ainda nas famosas palavras do diretor de cinema: — *Luz! Câmera! Ação!* Às vezes há a presença de determinantes, mas esses não são flexionados, como em:

Dezenas de *animais* selvagens parecem tristes.

Abelhas dançantes invadiram o recinto.

Proibida a entrada de *crianças* menores de cinco anos.

Observe-se que também nesse aspecto há uma diferença marcante com relação ao número do substantivo. A desinência de número está presente no substantivo, quer como morfema zero de singular, quer como morfema -s de plural. Nos substantivos acima citados — *colegas, estudantes, mulheres, luz, câmera, ação, animais, abelhas e crianças* — não existe qualquer marca de gênero.

3.1.2. O gênero é explicitado através de determinantes flexionados

As árvores *mineiras* parecem tristes.

Os animais selvagens parecem *cansados*.

Nesse caso o gênero do substantivo é explicitado através da concordância. Trata-se, portanto, de um expediente sintático. É preciso deixar claro que essa ocorrência é, de longe, a mais comum em língua portuguesa, razão por que se pode generalizar a questão e afirmar-se que o gênero do substantivo é, primordialmente, uma categoria sintática.

3.1.3. O gênero é explicitado através de mecanismos morfológicos de derivação

Neste item pretendemos defender com mais rigor o ponto de vista de que em exemplos do tipo *gato/gata*, *professor/professora*, estamos diante de derivação e não, de flexão.

A partir de uma determinada base, forma-se o correspondente feminino com o acréscimo de sufixos derivacionais, como, *-a*¹¹, *-esa*, *-essa*, *-isa*, *-ina*, etc. Essa descrição é a que parece estar mais de acordo com a gramática subjacente do falante, pelos motivos que se seguem.

A língua possui vários substantivos aos quais se pode acrescentar facultativamente o sufixo *-a*, formador de nomes femininos. Observe-se que o nome masculino é, via de regra, a base:¹²

presidente	- presidenta	camelô	- (?)cameloa
chefe	- chefea	gigolô	- (?)gigoloa
parente	- parenta	coronel	- (?)coronela
pedestre	- (?)pedestra	general	- (?)generalá
carente	- (?)carenta	rival	- (?)rivala
menino	- menina	animal	- (?)animala
soldado	- (?)soldada	canibal	- (?)canibala
cabo	- (?)caba	colegial	- (?)colegiala
marinheiro	- (?)marinheira	professor	- professora
bombeiro	- (?)bombeira	doutor	- doutora
(?)cerzideiro	- cerzideira	paquerador	- paqueradora
(?)muso	- musa	tenor	- (?)tenora
goleiro	- (?)goleira	confessor	- (?)confessora
guri	- guria	reitor	- reitora
guarani	- (?)guarania	freguês	- freguesa
colibri	- (?)colibria	marquês	- marquesa
peru	- perua	juiz	- juíza
urubu	- (?)urubua	aprendiz	- (?)aprendiza
tatu	- (?)tatua	camponês	- camponesa

As falhas no sistema vêm demonstrar que a questão está relacionada com a derivação e não, com a flexão. Na flexão, como vimos, há regularidade e previsibilidade com relação a um morfema específico. Essa irregularidade e imprevisibilidade podem ser observadas com mais nitidez no caso dos sufixos *-esa*, *-essa*, *-ina*, *-isa*, etc. Nesse caso, além da irregularidade patente, deve-se observar também a imprevisibilidade com relação aos itens cristalizados e a improdutividade absoluta no estágio atual da língua. De fato, dificilmente o falante criaria um substantivo novo com o acréscimo de sufixos do tipo *-esa*, *-essa*, *-ina*, *-isa*, etc. a substantivos existentes na língua. Além disso, observa-se que o quadro já existente na língua é aleatório quanto à "escolha" do sufixo pelo substantivo (ver quadro nº 4).

A aleatoriedade que se observa no quadro nº 4, refere-se não só aos sufixos do tipo *-esa*, *-essa*, *-ina*, *-isa*, mas também ao sufixo derivacional *-a*. De fato, por que o feminino de *gato* é *gata* e de *galo* é *galinha*? Por que o feminino de *sacerdote* é *sacerdotisa*, o de *abade* é *abadessa* e o de *chefe* é *chefa* (ou, conforme o contexto, permanece invariável)? Se os femininos de *ator* e *embaixador* se formam com o sufixo *-iz*, o *-a* de *doutora* também deve ser interpretado como sufixo. O que se deve levar em consideração não é o fato de o morfema ser formado por uma letra ou mais de uma letra (*-a*, *-iz*, *-esa*), mas a estrutura, o funcionamento, o processo, enfim, o sistema subjacente ao fenômeno lingüístico.

QUADRO Nº 4

	-a	-esa	-essa	-ina	-isa	-iz	-inha
cônsul		x					
czar				x			
maestro				x			
gato	x						
galo							x
sacerdote					x		
abade			x				
pítion					x		
felá				x			
papa					x		
duque		x					
chefe	x						
ator						x	
doutor	x						
rei							x
conde			x				
embaixador						x	

Além disso, as hesitações quanto à "escolha" do sufixo e a possibilidade de ocorrência de itens lexicais distintos vêm comprovar a imprevisibilidade dos sufixos *-a*, *-esa*, *-ina*, *-isa*, etc., atestando-se assim, mais uma vez, o caráter derivacional desses morfemas, como se comprova abaixo:

elefante	- elefanta, aliá, elefoa
cachorro	- cachorra, cadela
varão	- varoa, virago
embaixador	- embaixadora, embaixatriz
poeta	- (a) poeta - poetisa

prior	- priora, prioresa
cavaleiro	- cavaleira, amazona
deus	- deusa, déia, diva

Por fim, é preciso lembrar que a anomalia é às vezes tão grande, que a forma feminina ou se apresenta com *sufixóide*¹³ ou com um tipo de irregularidade totalmente imprevisível:

rapaz	- rapariga	frade	- freira
silfo	- sílfide	rajá	- rani
cão	- cadela	marajá	- marani
lebrão	- lebre	réu	- ré
perdigão	- perdiz	grou	- grua
avô	- avó	rei	- rainha

3.2. 2º enfoque: gênero exclusivo e gênero não-exclusivo

Um segundo enfoque para o estudo do gênero do substantivo leva em conta o substantivo em si, independentemente de sua ocorrência na frase. Numa divisão inicial, podemos dizer que há substantivos de gênero exclusivo e substantivos de gênero não-exclusivo.

3.2.1. Substantivos de gênero exclusivo

A quase totalidade dos substantivos em português apresenta um gênero próprio, exclusivo. Normalmente esses substantivos não possuem uma marca morfológica de gênero. Podem ser concretos (*casa, dente, pijama, revólver*) e abstratos (*poder, menção, desenvolvimento, orgia*) ou referir-se a pessoas (*criança, carrasco, intérprete, indivíduo, homem, genro*) e animais (*cobra, rinoceronte, mosquito, vaca, bode, zangão*).

Alguns substantivos que pertencem exclusivamente ao feminino, apresentam uma marca morfológica desse gênero. Essa marca é um sufixo derivacional que aparece em palavras do tipo, *menina, gata, freguesa, perua, duquesa, condessa, czarina,*

galinha, etc. Essas palavras, que são morfologicamente complexas, são derivadas de bases simples: *menino*, *gato*, *freguês*, *peru*, *duque*, *conde*, *czar*, *galo*, etc. Essas bases simples, por sua vez, não apresentam marca de masculino.

3.2.2. Substantivos de gênero não-exclusivo

Alguns substantivos não pertencem a um gênero exclusivo, ou seja, não obrigam o seu determinante flexionado a adotar a marca morfológica de um gênero específico. Assim, a língua admite tanto *pianista inspirado*, quanto *pianista inspirada*. Nesse caso, não se pode falar em *concordância gramatical*, uma vez que não há um ajuste de morfemas. Pode-se falar em concordância "lato sensu", em que há um ajuste, ou uma adequação ao sexo da pessoa a que se quer referir. A tradição gramatical portuguesa reserva para esses nomes uma terminologia específica: *comuns de dois gêneros*. Observe-se que eles sempre se referem a pessoas e nunca, a animais: *agente*, *artista*, *colegial*, *herege*, *intérprete*, *jovem*, *selvagem*, etc.

3.3. 3° enfoque: o componente semântico

Um terceiro enfoque para o estudo do gênero do substantivo poderá ter como ponto de partida o aspecto semântico. Propomos uma divisão inicial, que será apresentada nos itens abaixo.

3.3.1. Referentes não-sexuados

Na quase totalidade dos substantivos em português, o gênero é uma classificação puramente gramatical, que se divide em dois grupos: os que levam o determinante flexionado a apresentar desinências masculinas e os que levam o determinante flexionado a apresentar desinências femininas. Pertencem a esse grupo os substantivos que designam referentes não-sexuados, como: *casa*, *lápiz*, *paixão*, *encantamento*, *república*, *gastroenterite*, *morfema*, etc.

3.3.2. A correlação: gênero/ser sexuado

Em alguns poucos casos, o gênero do substantivo está relacionado a referentes sexuais. A correlação *gênero/sexo* é um fenômeno restrito na língua portuguesa. Ela só se dá em dois casos:

1. Os substantivos primitivos que pertencem ao gênero masculino e que se referem a seres machos: *gato, diretor, freguês, peru, abade, maestro, czar, tigre*, etc.

Os substantivos derivados que pertencem ao gênero feminino e que se referem a seres do sexo feminino: *gata, diretora, freguesa, perua, abadessa, maestrina, czarina*, etc.

2. Os substantivos que se organizam heteronimicamente em pares apresentam a seguinte correlação: nomes que se referem a seres do sexo masculino pertencerão ao gênero masculino e nomes que se referem a seres do sexo feminino pertencerão ao gênero feminino. Pertencem a esse grupo substantivos que se referem a seres humanos: *pai/mãe, genro/nora, homem/mulher, cavalheiro/dama, compadre/comadre, frei/sóror, macho/fêmea, marido/mulher, padrasto/madrasta, padrinho/madrinha*, etc. Também pertencem a esse grupo substantivos que se referem a animais: *bode/cabra, boi/vaca, carneiro/ovelha, cavalo/égua, zangão/abelha*, etc.

3.3.3. A não-correlação: gênero/ser sexuado

Há alguns substantivos do português que, embora se refiram a seres sexuais, não apresentam qualquer correlação com o gênero gramatical. São substantivos de dois tipos. Em primeiro lugar, os substantivos, de gênero exclusivo, que podem referir-se tanto a seres do sexo masculino, quanto a seres do sexo feminino, como: *uma criança educada* ou *um jacaré perigoso*. Pertencem a esse grupo palavras que se referem a seres humanos (*alcoz, apóstolo, carrasco, cônjuge, indivíduo, verdugo, criatura, pessoa, testemunha, vítima*) e palavras que se referem a animais (*águia, baleia, borboleta, cobra, mosca, onça, pulga, sardinha, besouro, condor, crocodilo, gavião, polvo, rouxinol, tatu*, etc.).

Em segundo lugar, há os substantivos que, embora se refiram a seres sexuados, não pertencem a um gênero gramatical específico: *selvagem*, *intérprete*, *pianista*, etc. (comuns de dois gêneros).

3.4. 4º enfoque: os pares genéricos

Para a caracterização do gênero do substantivo em português, podemos ainda considerar um quarto e último enfoque, que se resume no seguinte: a possibilidade de a distinção sexual poder corresponder a pares em que os elementos componentes se opõem.

Sabemos que os substantivos que designam referentes não-sexuados apresentam-se isoladamente na língua com um gênero específico (*casa*, *lápiz*, *idéia*, *fingimento*, etc.). Quanto aos nomes que designam referentes sexuados, vimos que os substantivos sobrecomuns apresentam-se isolados na língua, embora se refiram a seres de ambos os sexos (*criança*, *pessoa*, *indivíduo*, *carrasco*, etc.). Há casos, porém, em que a distinção sexual corresponde a pares, que assim se organizam na língua:

3.4.1. Vocábulo único com determinantes flexionados

O vocábulo é único, mas a oposição se faz através de determinantes flexionados (substantivos comuns de dois gêneros)

o				famoso			instruído
		selvagem					
		pianista					
				famosa			instruída
a							
					intérprete		

3.4.2. Vocábulo único com determinantes heterônimos

O vocábulo é único, mas a oposição se faz através dos determinantes heterônimos *macho* e *fêmea*:

cobra	macho	jacaré	macho	rinoceronte	macho
	fêmea		fêmea		fêmea

3.4.3. Vocábulos distintos: primitivo/derivado

A distinção é feita através de vocábulos diferentes, ou seja, primitivo e derivado. É a única distinção que se baseia em mecanismos morfológicos:

gato/gata	abade/adabessa	maestro/maestrina
cônsul/consulesa	menino/menina	poeta/poetisa

3.4.4. Vocábulos heterônimos

A distinção é feita através de substantivos heterônimos:

homem/mulher	bode/cabra
genro/nora	zangão/abelha

4. CONCLUSÃO: O GÊNERO DO SUBSTANTIVO

Para finalizar este item, transcrevemos estas palavras de ALONSO & UREÑA (1964, 1^ovol., 60-61), que, de maneira simples e objetiva, sintetizam a questão do gênero do substantivo:

Muitos adjetivos têm duas terminações para o singular, com seus plurais correspondentes: *bom/boa, folgazão/folgazona, cordobês/cordobesa, falador/faladora*. Ao modificar um substantivo, esses adjetivos adotam uma ou outra terminação, não aleatoriamente, mas de acordo o uso fixado pela língua. Fala-se *árvore corpulenta, leite frio, rua ampla, rio profundo, homem valoroso, mulher piedosa, cavalo baio, mula tordilha*. A essa condição geral dos substantivos, de requerer uma ou outra terminação dos adjetivos, se dá o nome de gênero e, segundo ela, todos os substantivos do idioma se dividem em dois grupos ou classes: os que exigem a primeira terminação dos adjetivos, como *leite, rio, homem, cavalo*, e os que exigem a segunda, como *árvore, rua, mulher e mula*.¹⁴

Os primeiros se chamam *masculinos* e os segundos *femininos*.

Em síntese, podemos dizer, ainda com ALONSO & UREÑA (id. ib.), que "o gênero é uma classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjetivo acompanhante".

5. GRAU DO SUBSTANTIVO

5.1. Grau afetivo/sufixo afetivo

Segundo CEGALLA (1979:94), "grau dos substantivos é a propriedade que essas palavras têm de exprimir as variações de tamanho dos seres".

Para a definição de *grau*, CEGALLA leva em conta um componente semântico que não é universal, ou seja, não é explicitado todas as vezes em que se faz uso desse mecanismo lingüístico tradicionalmente conhecido como grau. De fato, em

— "*Filhinho*, vai para a *caminha* tomar o seu *leitinho*! ou em — *Filhão*, você viu o *golaço* que o Bebeto fez?, observa-se que o sufixo é afetivo e não há qualquer referência ao aumento ou diminuição de tamanho.

A posição de CUNHA & CINTRA (1985:192) reflete com mais fidelidade a realidade dos fatos lingüísticos:

Um substantivo pode apresentar-se:

- a) com a sua significação normal: *chapéu*, *boca*;
- b) com a sua significação exagerada, ou intensificada disforme ou desprezivelmente (grau aumentativo): *chapelão*, *bocarra*; *chapéu grande*, *boca enorme*;
- c) com a sua significação atenuada ou valorizada afetivamente (grau diminutivo): *chapeuzinho*, *boquinha*; *chapéu pequeno*, *boca minúscula*.

Como se observa, CUNHA & CINTRA dão muita importância a fatores emotivos, afetivos ou valorativos na caracterização do grau.

Vimos, no item 1.1.1.3. deste trabalho, citando uma passagem de ROSA (1982:20), que "o grau manifesto por um processo morfológico revela necessariamente emotividade". Por causa disso concluímos que "a afetividade está sempre presente na sufixação gradual, ao passo que a noção de aumento ou diminuição de tamanho pode estar presente ou não".

Não podemos deixar de transcrever esta passagem de ALONSO (1967:163), em que se constata o caráter eminentemente emotivo das formações diminutivas, em face da noção de diminuição de tamanho, que é relativamente rara:

Com relação ao sentido de "diminuição de tamanho", deve-se acrescentar que, apesar de se adotar a denominação de diminutivo, esta é, de longe, a sua função menos freqüente, tanto na língua escrita, como na oral; qualquer

inventário convencerá o leitor de que o uso mais abundante do diminutivo é o das funções emocional, representacional e ativa, de que logo falaremos. Quando o sentido central é realmente o de diminuição, costuma-se insistir na idéia de pequenez com outros recursos (*uma casinha pequena, uma coisinha de nada*, etc.). É raro, ainda que perfeitamente idiomático, atribuir exclusivamente ao diminutivo a idéia de tamanho reduzido.

Inspirados principalmente nas palavras de ROSA acima transcritas — "o grau manifesto por um processo morfológico revela necessariamente emotividade" — já concluímos em páginas anteriores que os chamados sufixos diminutivos e aumentativos são antes de tudo sufixos afetivos, e como tais devem ser denominados.

Os sufixos afetivos podem ser de tríplice natureza:

5.1.1. Sufixo subjetivo

Expressa a subjetividade do falante — carinho, amor, educação — e não, a afetividade relacionada com um referente específico:

- *Filhinho*, vai para a *caminha* tomar o seu *leitinho*!
- Alguém tem uma *canetinha* para me emprestar?
- Podem me dar uma *licencinha*?
- Dá um *adeusinho* para o seu pai!
- *Filhão*, dá um abraço no *paizão*!

5.1.2. Sufixo valorativo

O sufixo é anexado a uma base com a finalidade de se manifestar um julgamento de valor, que pode ser positivo ou negativo:

Positivo (sufixo melhorativo):

- No Cine Palladium está passando um *filmaço*!
- Este é o *timinho* do meu coração!
- Que *carrão* é o seu, hein!
- Ele comprou um *apartamentoço* no Bairro Mangabeiras.

Negativo (sufixo pejorativo):

- Aquela *fulaninha* não me engana!
- Ele fez um *papelão* naquela peça!
- Este *timinho* viajou de ônibus!

5.1.3. Sufixo aumentativo/diminutivo

Aumentativo:

- Você viu o *narigão* daquele homem?
- Aquele *homenzarrão* me meteu medo.

Diminutivo:

- Não adianta nada você fazer este *biquinho*!
- Ele mora naquela *casinha* da esquina.

Em resumo: toda formação gradual complexa expressa necessariamente afetividade e, em alguns casos, aumento ou diminuição de tamanho. Em vista disso, os chamados sufixos aumentativos e diminutivos são denominados neste trabalho de *sufixos afetivos*, ratificando o que foi dito anteriormente (item 1.1.1.3.).

5.2. Grau e flexão

Como vimos, a gradação analítica não tem nada a ver com a flexão dos vocábulos. Como afirma CÂMARA JR. (1964:146), flexão é o "processo de "flectir", isto é, fazer variar um vocábulo para nele expressar dadas categorias gramaticais". A flexão é, portanto, um mecanismo morfológico. Em *chapéu grande*, *chapéu*

enorme, casa pequena e casa minúscula, os substantivos não sofrem flexão. Nesse caso, a expressão do grau (segundo a gramática tradicional) se fez através de um expediente sintático, ou seja, através de um sintagma nominal formado por um substantivo e um adjetivo.

Por outro lado, sabemos que com os sufixos afetivos (aumentativos e diminutivos, segundo a gramática tradicional) estamos formando novas palavras. Trata-se, portanto, de um mecanismo de derivação e não, de flexão. É preciso esclarecer, complementarmente, que o grau do substantivo é uma questão mal resolvida em português.

Em primeiro lugar, porque a gradação sintética, que, como vimos, se realiza através de sufixos afetivos, se insere sem maiores dificuldades no estudo da derivação sufixal. Assim como há sufixos nominalizadores (-ção, -mento, -agem, -ada, -ância, etc.), sufixos substantivais deadjetivais (-eza, -ura, -idade, -ice, -itude, etc.), e sufixos que dão a idéia de reunião, coleção (-ada, -agem, -ama, -aria, -al, etc.), também há sufixos que indicam afetividade (-inho, -ucho, -aço, -orra, -ote, -eco, -ão, -ito, etc.).

Em segundo lugar, a questão que se coloca é a seguinte: na chamada gradação analítica, que tipo de relação se estabelece entre a forma considerada normal (*chapéu, casa*) e a forma gradual aumentativa ou diminutiva (*chapéu grande, casa pequena*)? Segundo ROSA (1982:14),

...grau será entendido como uma categoria que expressa a relação existente entre um significado considerado normal e outro(s) considerado(s) acima, abaixo ou no mesmo nível numa escala de intensidade (muito...pouco) ou de dimensão (pequeno...grande), incluídos os valores pejorativos e afetivos.

Para ROSA, no caso dos substantivos, a relação que se estabelece é a de *dimensão* (incluídos os valores pejorativos e afetivos).

Por que, na caracterização do grau analítico só se leva em consideração a noção de dimensão, sendo que outros valores são perfeitamente possíveis? Poder-se-ia alegar que as relações que se levam em consideração na gradação analítica são as mesmas da gradação sintética. Vê-se, porém, que isso não é verdade, como se comprova pelos paralelismos abaixo:

Você viu o *golaço* que o Bebeto fez na Seleção?
 Você viu o *gol maravilhoso* que o Bebeto fez na Seleção?

No Cine Palladium está passando um *filmaço*.
 No Cine Palladium está passando um *ótimo filme*.

Filhinho, não deixe sua mãe preocupada.
Filho querido, não deixe sua mãe preocupada.

Você viu? O Cruzeiro mostrou que é mesmo um *timinho*!
 Você viu? O Cruzeiro mostrou que é mesmo um *time ruim*!

Filhão! Você vem comigo ao shopping?
Filho querido! Você vem comigo ao shopping?

Você conseguiu ler aquele *livreco*?
 Você conseguiu ler aquele *livro ruim*?

Voltando à indagação feita há pouco, por que só se leva em consideração a *dimensão*, quando outros valores podem estar presentes, como a *afetividade*, a *beleza*, a *qualidade*, etc.?

Um *menino* pode ser *grande* ou *pequeno*, *feio* ou *bonito*, *bom* ou *mau*, *querido* ou *desprezado*, etc. Por que apenas a primeira alternativa é considerada grau? Do mesmo modo, uma janela pode ser *grande* ou *pequena*, *feia* ou *bonita*, *larga* ou *estreita*, *alta* ou *baixa*, etc.

A língua apresenta também outros exemplos de gradação que não são considerados pelos gramáticos. Observe-se a seguinte relação:

feio	- horrível	lindo	- maravilhoso
rico	- milionário	grande	- enorme
pobre	- miserável	pequeno	- minúsculo

Embora esses exemplos sejam de adjetivos, o que se quer demonstrar é que, apesar de haver uma relação de intensidade entre esses vocábulos, a gramática não considera essa relação como gradação, o que vem comprovar o nosso ponto de vista de que esse fenômeno é mal caracterizado em português.

Ora, se a gradação sintética pode e deve ser inserida no estudo da derivação sufixal e se a a gradação analítica não é caracterizada em português, não vemos motivo para as nossas gramáticas continuarem insistindo no estudo em separado do grau do substantivo.¹⁵

Em resumo, podemos dizer com relação ao substantivo: o *número* é a única flexão que essa classe lexical admite. O *gênero* é um fenômeno essencialmente sintático. O *grau sintético* deve ser inserido no estudo da derivação sufixal. O *grau analítico* não é um fenômeno lingüístico relevante, com características próprias, exclusivo. Não é uma categoria gramatical do português. Não precisa, portanto, ser descrito na gramática.

6. FLEXÃO DE ASPECTO

Ao finalizar este capítulo, não podemos deixar de fazer referência, ainda que de maneira sucinta, ao problema do aspecto¹⁷ em português. Este trabalho não pretende, portanto, apresentar um quadro cabal do aspecto, mas tão somente defender o ponto de vista de que ele deve ser considerado como flexão verbal.¹⁸

Estamos acostumados a considerar a ação verbal apenas sob o ponto de vista do *tempo*. É por isso que as gramáticas dividem os tempos verbais em presente, pretérito e futuro. É preciso lembrar, porém, que fazemos a distinção entre o pretérito perfeito e o imperfeito, por exemplo, não com base no tempo, mas no *aspecto*. O pretérito perfeito aponta para uma ação concluída (ele falou - aspecto conclusivo) e o pretérito imperfeito para uma ação em sua realização (ele falava - aspecto inconclusivo). O aspecto é uma categoria lingüística que, independentemente do *tempo* de sua realização, apresenta a ação verbal em si, considerando-a: 1) como um ponto, ou instantânea (aspecto pontual - *Cheguei cansado.*); 2) como uma linha apreciável de duração, contínua ou repetida (aspecto durativo - *Ela falava como um papagaio.*); 3) como apenas iniciado (aspecto incoativo - *Comecei a ler o seu livro.*); 4) como conclusivo (aspecto conclusivo - *João acabou de chegar*), etc. (CÂMARA JR., 1964:54).

É preciso considerar que o aspecto é um fenômeno muito amplo e que se manifesta na língua através de vários meios, como: construções morfológicas, perífrases verbais e lexemas específicos. O quadro abaixo não pretende ser completo, é apenas uma demonstração de existência do fenômeno:

a - Construções morfológicas

- flexão: aspecto conclusivo - eu estudei
- aspecto durativo - eu cantava
- aspecto permansivo - eu canto
- aspecto inconclusivo - cantando
- derivação:
 - aspecto incoativo - amanhecer

b - Perífrases verbais

- aspecto durativo - estou falando
- aspecto inceptivo - vou falar

c - Lexemas específicos:

- aspecto incoativo - partir
- aspecto conclusivo - chegar
- aspecto durativo - andar

São poucos os autores que tratam do aspecto como flexão verbal (CÂMARA JR., 1964; CUNHA & CINTRA, 1985:370; LUFT, 1976:131). No item 2. deste trabalho consideramos que a flexão se caracteriza pela previsibilidade com relação a um morfema específico. É o que se verifica com a flexão de aspecto. Dado um verbo qualquer, como *estudar*, *vender* ou *partir*, é possível prever a ocorrência do aspecto em algumas formas verbais, como presente, perfeito e imperfeito do indicativo e no gerúndio. O quadro nº 5 exemplifica algumas das flexões aspectuais, destacando as desinências que as viabilizam.

QUADRO Nº 5

ASPECTOS VERBOS	PERMANATIVO	CONCLUSIVO	DURATIVO	INCONCLUSIVO
estudar	estud-Ø-o	estude- <u>i</u>	estuda- <u>va</u>	estuda- <u>ndo</u>
vender	vend-Ø-o	vend- <u>i</u>	vendi- <u>a</u>	vende- <u>ndo</u>
partir	part-Ø-o	part- <u>i</u>	parti- <u>a</u>	parti- <u>ndo</u>

As desinências em destaque no quadro acima deverão, portanto, ser descritas da seguinte maneira:

estud - Ø - o As desinências Ø são cumulativas —
vend - Ø - o aspecto-modo-temporais —, porque
part - Ø - o acumulam as funções de:
 aspecto: permansivo
 modo: indicativo
 tempo: presente

estude-*i* São desinências cumulativas — aspecto-
vend-*i* modo-temporais e número-pessoais,
part-*i* porque acumulam as funções de:
 aspecto: conclusivo
 modo: indicativo
 tempo: pretérito
 número: singular
 pessoa: primeira

estuda-*va* São desinências cumulativas — aspecto-
vendi-*a* modo-temporais —, porque acumulam
parti-*a* as funções de:
 aspecto: durativo
 modo: indicativo
 tempo: pretérito

estuda-*ndo* São desinências simples, não-cumula-
vende-*ndo* tivas, porque veiculam apenas o as-
parti-*ndo* pecto *inconcluso*.

7. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo principal a tentativa de fixação das flexões do substantivo e do verbo em português. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos um critério de flexão, com base em um dos pressupostos da morfologia gerativa: a flexão é um fenômeno morfológico que se caracteriza pela produtividade com morfema específico. Assim, dada uma base X, é possível produzir-se um *out-put* com morfemas específicos, previsível sob o ponto de vista morfológico e semântico. No caso do substantivo, somente o número (com o morfema *-s*) foi considerado como flexão. No caso do verbo, a pessoa, o número, o tempo, o modo e o aspecto devem ser descritos como flexões, uma vez que os respectivos *out-puts* são produzidos com morfemas específicos.

Por outro lado, o *gênero* do substantivo foi considerado como um fenômeno essencialmente sintático. Os poucos casos em que o gênero atinge o plano morfológico devem ser considerados como derivação sufixal. O *grau sintético* deve ser inserido no estudo da derivação sufixal e o *grau analítico* não é um fenômeno digno de nota em português.

Acreditamos, neste trabalho, ter estabelecido uma diferença de superfície entre a derivação e a flexão, uma vez que os dois blocos de regra se distinguem apenas por uma questão de grau (ao contrário do que sugeriu SCALISE, como vimos no item 1. deste trabalho). A flexão é 100% produtiva, ao passo que a derivação é parcialmente produtiva.

NOTAS

¹ Consulte-se especialmente: BAUER (1983), SCALISE (1984), JENSEN (1990) e SPENCER (1991).

² A derivação é um fenômeno muito amplo e envolve não só a derivação sufixal, como também a prefixal, a parassintética, a imprópria, a siglada e a truncada. O que está sendo focado no momento é a distinção entre flexão e derivação sufixal (doravante denominada simplesmente de *derivação*).

³ Por uma questão de tempo e de espaço, neste trabalho estamos considerando apenas as possíveis flexões do substantivo e do verbo. Num trabalho posterior, estenderemos este estudo a outras classes lexicais.

⁴ Estamos tomando como base os princípios estabelecidos por CÂMARA JR. em *Estrutura da Língua Portuguesa*, pelo fato de essa obra ter-se constituído num marco para o estudo da morfologia portuguesa no Brasil e pelo fato de as idéias desse Autor serem ainda hoje um ponto de referência para os estudos gramaticais brasileiros. Apesar de não seguirmos as pegadas do Autor, como veremos, vai aqui uma homenagem ao introdutor da lingüística científica no Brasil.

⁵ Para facilitar o trabalho do leitor, os resultados parciais de cada um dos princípios estão marcados no quadro nº 1 do item 2 (p.21).

⁶ É claro que estamos no referindo ao chamado *grau sintético*, ou seja, àquele que se realiza através de expediente morfológico. Constitui uma incoerência flagrante de algumas gramáticas o fato de se colocar o grau analítico (*casa pequena, chapéu grande*) como flexão do substantivo, porque, na verdade, não houve qualquer flexionamento ou variação do vocábulo.

⁷ Dissemos anteriormente que não podemos neste trabalho discorrer a respeito do grau dos adjetivos. Gostaríamos apenas de assinalar, como fizemos na nota nº 6, quão perturbador é para o estudo da linguagem a asserção de que em "Pedro é mais estudioso do que Paulo", temos flexão de grau do adjetivo. Mesmo um estudante de nível elementar poderá constatar que *estudioso* permanece invariável no exemplo acima, não se podendo falar em *flexionamento* do adjetivo.

⁸ Proporcionalmente falando, são tão poucos os casos de verbos anômalos e defectivos na língua, que o número deles pode ser considerado desprezível. A questão do aspecto e da voz será discutida no item 6.

⁹ Para fortalecer a nossa argumentação, é preciso lembrar que no português arcaico palavras como *senhor*, *infante*, *parente*, *pastor* e *português* não apresentavam o correspondente feminino. É por demais conhecido o verso da "Cantiga de Guarvaya": "Mia *senhor* branca e vermelha."

¹⁰ Na verdade, estas páginas constituem o quinto capítulo de um trabalho de maior fôlego, que estamos escrevendo para os alunos de Língua Portuguesa IV, da FALE/UFMG. Esse trabalho maior leva o título de *Morfologia Gerativa do Português*.

¹¹ Estamos, neste caso, adaptando, a posição de CÂMARA JR. (1970:78), que, ao descrever o gênero, afirma: "O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer."

¹² Cf. c. BAUER (1983:27): "...na derivação haverá provavelmente um grande número de falhas no sistema, enquanto que na flexão é muito menos provável que haja essas falhas imprevisíveis".

¹³ *Sufixóide* é um falso sufixo, ou um sufixo de uma só palavra, como em *casebre*, *marujo* e *sertanejo*. No caso em questão, o *-iga* de *rapariga* e o *-ide* de *silfide* são alguns dos sufixóides que indicam a derivação de feminino. Para o conceito de *sufixóide*, consulte-se ROCHA (1992:101).

¹⁴ Foram feitas pequenas adaptações na exemplificação, por causa da diferença de gênero entre o espanhol e o português.

¹⁵ Um reflexo dessa confusão pode ser constatada na gramática de CUNHA & CINTRA. À pág. 174, o grau é inserido no estudo das flexões do substantivo:

"FLEXÕES DO SUBSTANTIVO

Os substantivos podem variar em *número*, *gênero* e *grau*."

De uma maneira que nos parece incoerente, a lista e o estudo dos sufixos aumentativos e diminutivos são apresentados, porém, no capítulo sobre formação de palavras, junto com outros sufixos derivacionais (páginas 88 a 93).

¹⁷ A propósito, convém deixar claro que a *voz* não pode ser considerada como flexão verbal, porque ela não é expressa através de morfemas.

¹⁸ Consulte-se, a propósito: TRAVAGLIA (1981), CASTILHO (1967) e COMRIE (1976).

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, A. (1967). Noción, emoción, acción y fantasía en los diminutivos. *Estudios lingüísticos*. (Temas españoles). 3.ed. Madrid, Gredos.
- ALONSO, A. & UREÑA, P.H. (1964). *Gramática castellana*. 22.ed. 2 vols. Buenos Aires, Losada.
- BASÍLIO, M. (1980). *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis, Vozes.
- BAUER, L. (1983). *English word-formation*. Cambridge University Press.
- CÂMARA JR., J. M. (1964). Dicionário de filologia e gramática. Rio de Janeiro/São Paulo, Ozon.
- CÂMARA JR., J. M. (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes.
- CASTILHO, A. de (1967). Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. *Alfa*, nº 12.
- CEGALLA, D. P. (1979). *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- COMRIE, B. (1976). *Aspect*. Cambridge University Press.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- JENSEN, J. T. (1990). *Morphology - Word structure in generative grammar*. Philadelphia, John Benjamins.
- KATAMBA, F. (1993). *Morphology*. The Macmillan Press. LTD.
- LUFT, C. P. (1976). *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre, Globo.
- ROCHA, L. C. de A. (1981). *O gênero do substantivo em português: uma categoria morfo-sintática*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG.

- ROCHA, L. C. de A. (1992) *Teoria sufixal do léxico português aplicada às formações nominais de Guimarães Rosa*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ.
- ROSA, M. C. A. P. (1982). *Formação de nomes aumentativos. Estudo da produtividade de alguns sufixos portugueses*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ.
- SANDMANN, A. J. (1991). *Morfologia geral*. São Paulo, Contexto.
- SCALISE, S. (1984). *Generative morphology*. Dordrecht, Foris.
- SCALISE, S. (1988). Inflection an derivation. *Linguistics*, 26, 561-582.
- SPENCER, A. (1991). *Morphological theory*. Oxford, Basil Blackwell LTD.
- TRAVAGLIA, L. C. (1981). *O aspecto verbal no português*. Universidade Federal de Uberlândia.

Normas para publicação nos CADERNOS DE PESQUISA DO NAPq/FALE

1. Os trabalhos deverão ser encaminhados na forma final para publicação, acompanhados de uma resenha de 06 a 08 linhas, de acordo com o modelo fornecido pelo NAPq.
2. Deverão ter o mínimo de 20(vinte) páginas e o máximo de 60(sessenta) páginas e deverão ser datilografadas com o tipo COURRIER, em espaço 1,5 (um e meio), ou digitados por computador, garantida a possibilidade de cópia xerográfica. Termos ou expressões sublinhados deverão vir em itálico.
3. Subtítulos deverão ser datilografados em caixa-baixa, em negrito, alinhados à margem esquerda. Os parágrafos deverão ser alinhados em quatro toques a partir da margem.
4. As notas e referências bibliográficas deverão vir no final do trabalho e deverão seguir as normas em vigor da ABNT.
5. Em página separada deverão vir o título do trabalho, em caixa-alta, o nome do autor, em caixa-baixa, seguido da categoria (Auxiliar, Assistente, Adjunto, Titular), titulação, departamento e/ou programa a que estiver ligado.
6. Os trabalhos, de inteira responsabilidade dos autores, deverão ser selecionados e enviados ao NAPq pelos departamentos da FALE/UFMG.

